

1 **ATA DA DÉCIMA REUNIÃO DO CONSELHO DO CAMPUS JUIZ DE FORA,**
2 **REALIZADA NO DIA DEZ DE OUTUBRO DE DOIS MIL E ONZE.** Atendendo à

3 Convocação nº. 007/2011 – DG/ IF Sudeste MG/*Campus* JF, de 05 de outubro de 2011,
4 reuniram-se, às quatorze horas do dia dez de outubro de dois mil e onze, no Anfiteatro
5 do Centro Administrativo do *Campus* Juiz de Fora, o Sr. Diretor Geral da instituição e
6 Presidente do Conselho do *Campus*, Prof. Paulo Rogério Araújo Guimarães, a Sr^a. Dire-
7 tora de Ensino, Prof^a. Maria da Graça Martins Guerra, a Sr^a. Diretora de Extensão e Re-
8 lações Comunitárias, Prof^a. Roberta Calvano, o Sr. Diretor de Pesquisa, Inovação e Pós-
9 graduação, Prof. Lecino Caldeira, o Sr. Diretor de Administração e Planejamento, Prof.
10 Weyder Alves Finamore, a Servidora Técnico-Administrativa em Educação, Rosa Ma-
11 ria Gouvêa Cunha, o Chefe do Departamento de Educação e Ciências, Wagner Eduardo
12 Rodrigues Belo, o Sr. Chefe do Departamento de Educação e Tecnologia, Prof. Jalon de
13 Moraes Vieira, os representantes docentes Luís Oscar de Araújo Porto Henriques, Tha-
14 les Costa Soares, Rodrigo Rodrigues Alvim da Silva, Sandro Roberto Fernandes e Ma-
15 ria Gertrudes Neves Mendes, as representantes dos técnico-administrativos em educação
16 Vera Alves Simões Corrêa, Edilaine Lúcia de Souza Friaça, Regiane Giotti Silva Mora-
17 es, Iandra Cristina Mariano Carvalho e Jacqueline Castro de Oliveira, os representantes
18 discentes Aline de Vieira Souza, Luiz Fernando Faria Líquer e Rafael Teixeira de Sou-
19 za, a representante da sociedade civil, a Sr^a. Irene Aparecida Vitorino, indicada pela As-
20 socição dos Moradores do Bairro Fábrica e São Dimas, o representante da seção de
21 Juiz de Fora do Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profis-
22 sional e Tecnológica (SINASEFE), Sr. Leandro Talma de Paula. O Presidente de Con-
23 selho deu as boas vindas a todos, ressaltando que a reunião registrava um momento his-
24 tórico para a instituição por marcar a transição da composição do Conselho, obedecendo
25 ao que está determinado no novo Regimento Interno do Campus Juiz de Fora. Tendo em
26 vista que a reunião era conjunta, com a participação de membros da antiga e nova com-
27 posição, apresentou como proposta de encaminhamento que a composição antiga do
28 Conselho apreciasse a ata da última reunião, fechando o ciclo de participação dos mem-
29 bros que não mais fariam parte do colegiado, e, em seguida, dar-se-ia término a essa
30 primeira parte da reunião para que fosse dado início à outra parte, já considerando a
31 composição nova. Nenhum dos presentes manifestou objeção ao encaminhamento e,
32 então, a ata da reunião do dia 02/09/2011 foi submetida aos conselheiros da antiga com-
33 posição, que não viram a necessidade de qualquer ponderação; em regime de votação, a
34 ata foi aprovada com 8 (oito) votos a favor. O Presidente do Conselho agradeceu a par-
35 ticipação dos membros da composição antiga e que não mais fariam parte da nova com-
36 posição; a servidora Rosa Cunha, um desses membros agradeceu a todos e despediu-se.
37 O professor Paulo Rogério, assim, deu por encerrada a reunião conjunta e reiniciou os
38 trabalhos do Conselho com a posse dos novos membros; fez, antes, a leitura de um ter-
39 mo de posse para explicitar o teor do documento aos demais presentes e, em seguida,
40 chamou um a um dos novos representantes para assinar, obedecendo à seguinte ordem:
41 os docentes Luís Oscar, Thales Costa Soares, Rodrigo Rodrigues Alvim da Silva, San-
42 dro Roberto Fernandes e Maria Gertrudes Neves Mendes; as técnico-administrativas em
43 educação Vera Alves Simões Corrêa, Edilaine Lúcia de Souza Friaça, Regiane Giotti
44 Silva Moraes, Iandra Cristina Mariano Carvalho e Jacqueline Castro de Oliveira; os dis-
45 centes Luiz Fernando Faria Líquer e Rafael Teixeira de Souza; o representante da seção
46 sindical do SINASEFE em Juiz de Fora, Leandro Talma de Paula. O Presidente do Con-
47 selho deu os parabéns a todos os empossados e aproveitou para fazer referência ao pro-
48 cesso tranquilo de eleição dos novos representantes docentes e técnico-administrativos.
49 Lembrou que a composição anterior do Conselho foi estabelecida ainda no âmbito do
50 CONUD (Conselho de Unidade do Colégio Técnico Universitário da UFJF), em conso-
51 nância com o novo organograma da instituição. Sobre a composição assim definida, res-

52 saltou que, ao longo do tempo em que funcionou, houve a percepção de que não estava
53 sendo tão representativa quanto deveria; desde então, disse que se estabeleceram discus-
54 sões em torno da composição do Conselho, tendo em vista a elaboração do novo Regi-
55 mento Interno, até que se decidiu pela composição mais ampla do colegiado, tornando-o
56 mais representativo. Agradeceu mais uma vez a participação dos antigos membros e de-
57 sejou sucesso e discernimento para os novos membros, frente à responsabilidade por
58 eles assumida; no ensejo, também agradeceu aos membros da Comissão Eleitoral pela
59 condução tranquila do processo. Retomada a pauta da reunião, trouxe como informe da
60 Direção Geral a realização da Semana de Educação, Ciência, Tecnologia e Cultura do
61 *Campus* Juiz de Fora, compreendendo vários eventos simultâneos dentro da Semana
62 Nacional de Ciência e Tecnologia; o início dos eventos se daria em 15/10/2011, com o
63 “*Campus* de Portas Abertas” cujo objetivo, como explicou a professora Roberta Calva-
64 no, seria o de trazer a comunidade para dentro da instituição, procurando divulgar os
65 cursos ofertados com visitas aos laboratórios, barracas de atendimento, como as dos
66 cursos de Enfermagem (para a aferição de pressão, medição de glicose e distribuição de
67 camisinha), Transações Imobiliárias, Secretariado, Engenharia Mecatrônica e Eventos
68 (recreação infantil), além de apresentação de banda, roda de capoeira e flauta. O Presi-
69 dente do Conselho, dando continuidade à pauta da reunião **passou ao item 4: Proposta**
70 **de regulamento das eleições dos membros da Subcomissão Permanente de Pessoal**
71 **Docente (SPPD) e da Subcomissão Interna de Supervisão do Plano de Carreira dos**
72 **Cargos Técnico-Administrativos em Educação (SCIS)**: O professor Paulo Rogério
73 explicou que, por lei, cada instituição deve ter sua CIS (Comissão Interna de Supervi-
74 sã) e CPPD (Comissão Permanente de Pessoal Docente) e que, no caso do Instituto
75 Federal do Sudeste de MG, seguindo o que vem ocorrendo com a implantação de outras
76 comissões, ficou definido que seriam estabelecidas a CIS e a CPPD centrais, tendo suas
77 correspondentes subcomissões em cada *Campus*. No que se refere ao *Campus* Juiz de
78 Fora, esclareceu que, por ato administrativo, em caráter temporário e provisório, foram
79 designados membros para a CIS e CPPD, de forma a não prejudicar o andamento dos
80 processos de progressão dos servidores. Considerando a minuta do regulamento para as
81 eleições das subcomissões, o Presidente do Conselho abriu a pauta para discussões. A
82 conselheira Jacqueline de Oliveira destacou o artigo 9º (***Art.9º - A Comissão eleitoral***
83 ***garantirá a todos os candidatos igualdade de condições e acesso aos meios de comuni-***
84 ***cação disponíveis no Campus para divulgação das suas propostas.***), dizendo que, em
85 seu entendimento, o uso do *e-mail* institucional estaria permitido o que, no entanto, es-
86 taria em conflito com o regulamento que trata do uso do *e-mail* institucional, pelo qual
87 estaria restrito o uso dessa ferramenta de comunicação para fins políticos. O professor
88 Paulo Rogério ponderou dizendo que a restrição do uso político seria mais no sentido
89 partidário e não institucional. A conselheira Jacqueline de Oliveira disse que a dúvida
90 ainda persistia, uma vez que, nos trabalhos de elaboração da regulamentação do uso do
91 *e-mail*, não foi especificado o sentido do termo político, entendendo-se apenas como a
92 execução de ações indevidas. O conselheiro Rodrigo Alvim argumentou que, não estan-
93 do nada explícito, dever-se-ia interpretar como o entendimento exposto pelo professor
94 Paulo Rogério, e lembrou que, no processo de eleições para os representantes no Conse-
95 lho do *Campus*, durante o período de campanha, o *e-mail* institucional foi utilizado sem
96 maiores problemas. Também destacou que o termo “político” é muito complexo, não
97 devendo, nesse caso, ser interpretado no sentido *lato*; assim, do ponto de vista da políti-
98 ca interna, disse que se deveria pender pra a liberdade de expressão. Em seguida, surgiu
99 discussão sobre a composição das subcomissões. O conselheiro Thales Soares apresen-
100 tou a proposta de eleger membros da SPPD representando cada nível de progressão. A
101 conselheira Vera Corrêa argumentou que a pessoa membro da subcomissão estará re-
102 presentando a categoria, daí não ver necessidade de subdivisões. O professor Thales So-

103 ares expôs que, na avaliação de um determinado caso, pode não haver mobilização sufi-
104 ciente ou tratamento adequado, surgindo daí a necessidade de garantir igualdade na
105 composição da subcomissão, como forma de tentar manter um equilíbrio ao preservar a
106 representação de cada nível da carreira. A servidora Jacqueline de Oliveira observou
107 que se a segmentação proposta para a SPPD fosse adotada, o mesmo raciocínio deveria
108 ser aplicado para a SCIS, prevendo-se representação de todos os níveis da carreira dos
109 TAES, o que, no se modo de pensar, não seria necessário. O professor Thales Soares,
110 entretanto, esclareceu que trouxe a sugestão de subdivisão apenas como ponto de dis-
111 cussão, retirando-a como proposta. O Presidente do Conselho fez, então, encaminha-
112 mento da questão do uso do *e-mail* institucional, envolvendo o artigo 9º do regulamen-
113 to: apresentou uma proposta de manutenção do texto original, respeitando-o, e outra
114 proposta de trabalhar de forma restritiva, impedindo a utilização do *e-mail* na campa-
115 nha. Em regime de votação, a primeira proposta venceu por unanimidade. Na sequência,
116 o presidente do Conselho perguntou se poderia considerar o regulamento aprovado, não
117 sendo registradas objeções. Antes de avançar para a próxima pauta, esclareceu aos pre-
118 sentes que, de acordo com o Regimento Geral do IF Sudeste MG, o Presidente do Con-
119 selho não vota, excetuando-se no caso de empate, quando exerce o voto de qualidade;
120 disse entender ser importante o Presidente votar porque seria uma forma de as pessoas
121 saberem como ele se posiciona, evitando omissão nas decisões. O foco da reunião deslo-
122 cou-se para o **item 5 de pauta: Assuntos Gerais**: Como primeiro assunto, trouxe a
123 questão do professor voluntário, com recente regulamentação no âmbito do IF Sudeste
124 MG; ressaltou que alguns docentes atentaram para os riscos de precarização da carreira
125 com a instituição dessa nova figura, que, por sua vez, foi criada no *Campus* Juiz de Fo-
126 ra, por meio de portaria interna, para atender a um caso muito específico; lembrou que,
127 até o momento, somente em dois casos muito particulares houve a necessidade de recor-
128 rer ao professor voluntário, com o objetivo de evitar uma ruptura pedagógica, a qual po-
129 deria ser gerada com o fim do contrato de professores substitutos antes do término do
130 período letivo. Explicou que a figura do professor voluntário surgiu como resposta à
131 necessidade de dar continuidade ao trabalho de professores substitutos cujos contratos
132 estavam se encerrando, haja vista que a legislação de professor substituto é muito cruel
133 no sentido de limitar seu contrato a um tempo máximo de dois anos, independentemente
134 da qualidade do seu trabalho, devendo cumprir, além disso, quarentena de dois anos an-
135 tes de atuar novamente como substituto em qualquer instituição. A conselheira Maria
136 Gertrudes levantou uma série de dúvidas em relação à responsabilização do professor
137 voluntário e do estagiário-docência quanto ao lançamento de notas, diário de classe e
138 acesso ao Sistema Integrado de Gestão Acadêmica (SIGA), atentando para as possíveis
139 implicações dessa situação, já que para os servidores efetivos há regulamentações a se-
140 rem aplicadas em caso de usos indevidos ou quaisquer outros problemas. O professor
141 Paulo Rogério propôs que as solicitações de professor voluntário seguissem a determi-
142 nação de que, no *Campus* Juiz de Fora, sempre sejam tramitadas nos conselhos perti-
143 nentes, com o intuito de evitar a vulgarização da figura. Tratando, agora, especificamen-
144 te do professor temporário, o Presidente do Conselho começou explicando que há uma
145 semelhança com o que era o professor substituto há algum tempo, quando era possível
146 contratá-lo para suprir vaga de algum docente que havia se aposentado, já que não exis-
147 tia autorização para realizar concurso; esclareceu que isso não acontece mais porque a
148 contratação de professor substituto, por legislação, tornou-se mais restritiva (somente
149 quando ocorre vacância do cargo, licença ou afastamento de efetivo ou quando o efetivo
150 assume cargo de cargo de direção de reitor, vice-reitor, pró-reitor e diretor de *campus*);
151 disse, ainda, que, no que concerne ao professor temporário, não há ocupação de vaga
152 específica (como ocorre na contratação de professor substituto), sendo que o Ministério
153 da Educação disponibiliza um quantitativo para cada instituição, com o *Campus* Juiz de

154 Fora recebendo autorização para a utilização de até 8 (oito) professores temporários.
155 Respondendo a dúvidas de alguns conselheiros, esclareceu que o quantitativo de profes-
156 sor temporário é autorizado em decorrência de argumentações e justificativas apresenta-
157 das pela instituição e não, necessariamente, em função de vagas geradas, como ocorre
158 para os substitutos, cuja contratação depende da ausência de um professor para determi-
159 nada vaga. Em seguida, procurou-se consultar os conselheiros sobre a utilização das va-
160 gas de professor temporário, sendo sugerido buscar colaboração dos Departamentos
161 Acadêmicos para estabelecer as estratégias de aplicação desse instrumento no *Campus*
162 Juiz de Fora. O professor Rodrigo Alvim ponderou que, se por um lado, a condição do
163 professor temporário pode significar precarização da carreira, por outro, numa perspec-
164 tiva macro, não se poderia deixar de utilizar tais vagas, pois poderia ser interpretado
165 como se a instituição não estivesse necessitando de mais professores; ressaltou, contu-
166 do, que se deve adotar uma postura mais crítica em relação ao professor temporário para
167 que sua utilização não seja indiscriminada. O professor Thales Soares defendeu a utili-
168 zação dos professores temporários na medida em que, a depender da situação, há docen-
169 tes efetivos tendo que responder cada vez mais por atribuições burocráticas. A profes-
170 sora Maria da Graça, por seu turno, lembrou que os professores temporários poderiam
171 ajudar no atendimento da legislação que determina a inclusão de disciplinas de artes, a
172 partir de 2012, nos cursos de nível médio. Por fim, houve consenso do Conselho em fa-
173 vor da utilização do professor temporário, permitindo acelerar o processo quanto ao
174 primeiro quantitativo de vagas disponível. O professor Paulo Rogério passou a abordar,
175 então, o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e ao Emprego (PRONA-
176 TEC), informando que há em tramitação no Congresso dois projetos de lei relacionados
177 ao assunto: um que visa à institucionalização do Programa e outro - com encaminha-
178 mento interministerial do Ministro da Educação Fernando Haddad e da Ministra do Pla-
179 nejamento Míriam Belchior - contendo o quantitativo de vagas de servidores a serem
180 criadas, de forma a atender a expansão da rede e sua adequação. Destacou o teor do ar-
181 tigo 14 do projeto de lei, que trata da relação de 0,75 técnico-administrativo por docente
182 nas unidades que ofertam cursos nas áreas industriais e de serviços, o que está além da
183 condição atual do *Campus* Juiz de Fora, que é de 0,38. Explicou que, com a expectativa
184 do PRONATEC, o *Campus* Juiz de Fora poderá ser contemplado, o que implicaria em
185 rediscutir o Planejamento Estratégico da instituição, elaborado em 2008, com o objetivo
186 de definir o caminho a seguir. Diante do exposto, o Presidente do Conselho fez o enca-
187 minhamento de chamar a comunidade no mês de dezembro de 2011 para trabalhar sobre
188 o Planejamento Estratégico durante um ou dois dias, norteando as ações institucionais
189 de forma coletiva. Quanto ao encaminhamento não houve objeções dos conselheiros.
190 Como próximo assunto, foi trazida aos conselheiros a solicitação dos alunos para mu-
191 danças no calendário da data da Gincana 2011, transferindo-a do dia 19/11/11 para
192 25/11/11. O professor Jalon Vieira lembrou que a data proposta coincidirá com a reali-
193 zação do Colóquio de Usinagem, que receberá pesquisadores do país inteiro e terá uma
194 programação intensa, o que poderia prejudicar a mobilização dos alunos e professores,
195 que ficariam divididos na participação entre os dois eventos. Após discussões, surgiu o
196 consenso para o dia 18/11/11, com manutenção das aulas pela manhã. O professor Paulo
197 Rogério deslocou o foco da reunião para o tema do orçamento do *Campus* Juiz de Fora.
198 Informou que estava prevista, ainda no mês de outubro, a realização de um seminário
199 administrativo com o objetivo de explicar à comunidade como se dá a composição do
200 orçamento, quais são as rubricas utilizadas e como é possível interferir na formação des-
201 sas questões. Em seguida, passou a apresentar item a item da planilha contendo os re-
202 cursos de custeio e capital de 2011, lembrando que no início do ano foi determinado
203 pelo Governo Federal o contingenciamento de 10% no orçamento. Da mesma forma,
204 apresentou a proposta de orçamento para 2012, destacando que poderá haver um acrés-

205 cimo na matriz em virtude de uma compensação financeira que a Universidade Federal
206 de Juiz de Fora (UFJF) poderá receber pelo patrimônio que ficou no *Campus* Juiz de
207 Fora quando de sua desvinculação; informou que em reunião realizada com o Reitor da
208 UFJF, Prof. Henrique Duque e o Reitor do IF Sudeste MG, Prof. Mário Sérgio Costa
209 Vieira, ficou entendido que parcela desse ressarcimento a ser recebido pela UFJF seria
210 repassada ao *Campus* Juiz de Fora, algo em torno de R\$5.000.000,00, o que incrementaria
211 a matriz orçamentária, que passaria a ser, então, de cerca de R\$14.000.000,00. Con-
212 siderando essa oportunidade pontual, colocou a necessidade de fazer uma boa discussão
213 para saber como investir esse recurso; lembrou que uma prioridade deve ser a expansão
214 física e de acervo da Biblioteca. Além disso, comunicou que existe uma negociação
215 com o Exército para aquisição de um terreno localizado atrás do ginásio do *Campus* Ju-
216 iz de Fora, equivalente a 50% da atual área da escola; a proposta, na realidade, seria a de
217 separar em torno de R\$1.000.000,00 para dar uma contrapartida ao Exército, a qual con-
218 sistiria na construção de um prédio em terreno adicional e, após o término das obras,
219 fazer a torna desse terreno com o prédio ao Exército. Disse que a negociação está em
220 curso e que a proposta final vai ser levada ao Conselho do *Campus* no momento oportu-
221 no. À medida que ia tratando das rubricas do orçamento, o Diretor Geral ia fazendo al-
222 guns destaques: informou sobre a contratação de seguro para todos os alunos do *Cam-*
223 *pus*; quanto aos recursos de diárias comunicou que foi feita divisão proporcional entre
224 os setores administrativos e os Departamentos Acadêmicos, na tentativa de descentrali-
225 zar as decisões, ressaltando que o objetivo é, assim que houver condições, o de trans-
226 formar os setores em centros de custo para administrar seus respectivos recursos; sobre
227 a Assistência Estudantil explicou que estão incluídos os refeitório e os programas insti-
228 tucionais de bolsas, ressaltando que os recursos dessa rubrica não cresceram proporcio-
229 nalmente ao acréscimo do atendimento, indicando necessidade de ajustes; considerando
230 que a rubrica de custeio cresceu significativamente, propôs retirar os programas de bol-
231 sa da rubrica de Assistência Estudantil, para incluí-los no custeio normal, o que permiti-
232 ria uma importante ampliação desses programas, bem como dar condições de comple-
233 mentação das bolsas da FAPEMIG, cujo valor de R\$100,00 é muito baixo; disse, ainda,
234 estar em estudo proposta de descentralização legal de apoio para as representações estu-
235 dantis do *Campus* Juiz de Fora; por fim, destacou que o limite orçamentário para 2011
236 era da ordem de, aproximadamente, R\$3.244.000,00 para recursos de custeio e que a
237 projeção de gastos ficou definida em R\$3.240.000,00. A conselheira Jacqueline de Oli-
238 veira aproveitou a demonstração da planilha para informar sobre a contratação de nova
239 empresa para serviços de internet, com o dobro da capacidade anterior, mas custo me-
240 nor. O conselheiro Thales Soares perguntou se em relação ao orçamento de 2011 houve
241 também o procedimento de submeter as informações ao Conselho do *Campus*. O pro-
242 fessor Paulo Rogério informou que houve discussão no Conselho, mas que a época era
243 tudo novidade e complementou dizendo que pelo Regimento Interno consta que se deve
244 passar pelo Conselho. Na oportunidade, o professor Weyder Finamore reforçou que de-
245 cisões sobre o orçamento são levadas ao Conselho, embora existam situações que não
246 contemplem discussões, simplesmente por serem determinações que devem ser cumpri-
247 das, como, por exemplo, os custos com levantamento patrimonial. Na sequência, o Pre-
248 sidente do Conselho abriu a reunião para as inclusões de pauta. Com a palavra, o pro-
249 fessor Wagner Belo, recém- designado Assessor de Relações Internacionais do IF Su-
250 deste MG, comunicou que em julho de 2011 o Governo Federal implantou o projeto
251 “Ciência sem Fronteiras” para as Instituições de Ensino Superior, públicas e particula-
252 res, com oferta de 75.000 bolsas integrais para estudo no exterior, com colaboração da
253 Capes e CNPq, sendo que na primeira distribuição, o IF Sudeste MG está sendo con-
254 templado com 4 (quatro) bolsas para graduação sanduíche, pela qual os alunos de gra-
255 duação cumprem parte de seus estudos no exterior e sem custos; destacou que esse pro-

256 cesso de internacionalização das instituições beneficiará não só os discentes, mas tam-
257 bém docentes e técnico-administrativos. Disse, também, que será publicada chamada
258 pública, com o objetivo de mapear as áreas prioritárias de graduação sanduíche, e que o
259 IF Sudeste MG montará um *stand* na Feira Internacional de Mobilidade Acadêmica e
260 Estudantil, que será realizada em Portugal, com início em 19/11/2011. Por fim, ratificou
261 a importância do retorno da comunidade, fornecendo informações e dados que permiti-
262 rão definir melhor as ações de internacionalização da instituição. No prosseguimento da
263 reunião, a professora Roberta Calvano recebeu a palavra e disse que no Conselho de
264 Ensino, Pesquisa e Extensão do *Campus* Juiz de Fora (CEPE-JF) haviam sido aprovados
265 dois projetos de extensão motivados por demandas externas: um, consistindo na oferta
266 de um curso de soldagem, sob orientação do professor Derli Maurício dos Santos, do
267 Núcleo de Metalurgia, para seis funcionários de uma empresa, a qual arcará com todas
268 as despesas, não havendo, portanto, custos para a instituição; o outro, envolve a solicita-
269 ção da Prefeitura de Juiz de Fora para desenvolver um projeto de padronização das bar-
270 racas de camelôs, sendo que os docentes Derli Maurício dos Santos e Gláucia Franco
271 Teixeira, ambos do Núcleo de Metalurgia, manifestaram interesse na orientação dos tra-
272 balhos. Respondendo a questionamento da conselheira Iandra Carvalho, a professora
273 Roberta Calvano explicou que os recursos gerados pelos projetos serão arrecadados pela
274 instituição via Fundação de Apoio e Desenvolvimento ao Ensino, Pesquisa e Extensão
275 (FADEPE), por meio de convênio. Submetidos ao regime de votação, os dois projetos
276 foram aprovados, registrando-se uma abstenção. Nada mais havendo a tratar, a reunião
277 encerrou-se, sendo sua Ata lavrada por mim, _____ Abel Arbex
278 Acaui, Chefe de Gabinete, e assinada pelo Senhor Presidente e demais membros do
279 Conselho:

280 Paulo Rogério Araújo Guimarães, _____;
281 Maria da Graça Martins Guerra, _____;
282 Roberta Calvano, _____;
283 Lecino Caldeira, _____;
284 Weyder Alves Finamore, _____;
285 Jalon de Morais Vieira, _____;
286 Wagner Eduardo Rodrigues Belo, _____;
287 Luís Oscar de Araújo Porto Henriques, _____;
288 Thales Costa Soares, _____;
289 Rodrigo Rodrigues Alvim da Silva, _____;
290 Sandro Roberto Fernandes, _____;
291 Maria Gertrudes Neves Mendes, _____;
292 Vera Alves Simões Corrêa, _____;
293 Edilaine Lúcia de Souza Friaça, _____;
294 Regiane Giotti Silva Moraes, _____;
295 Iandra Cristina Mariano Carvalho, _____;
296 Jacqueline Castro de Oliveira, _____;
297 Luiz Fernando Faria Liquer, _____;
298 Rafael Teixeira de Souza, _____;
299 Aline de Vieira Souza, _____;
300 Rosa Maria Gouvêa Cunha, _____;
301 Irene Aparecida Vitorino, _____;
302 Leandro Talma de Paula, _____.